

MEMÓRIA DA 10ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO – CTPA GESTÃO 2017-2019 CONJUNTA COM AS CTS E SUBCOMITÊS		
DATA: 05/04/2018	HORÁRIO: 09h00	LOCAL: FABHAT

LISTA DE PRESENÇA – CTPA	
Entidade	Nome
CETESB	Marta Emerich
DAEE	Josué Marcos Barranco
CDHU	Monica Therezinha Bartie Rossi
SABESP	Lara Dias de Jesus e Sousa
PM de Biritiba Mirim	Adolfo José Ribeiro de Almeida
APU	Amauri Pollachi
CIESP SÃO PAULO	Bruno Cordeiro Leonel
FIESP	Claudia Oliveira Gomes
CONVIDADOS	
Entidade	Nome
Secretaria Executiva	Ana Sedlacek
Prefeitura de São Paulo	Maria Laura Fogaça Zei
DAEE - CTMH	Alfredo Pisani
EMAE	Carlos Eduardo Gomes da Rocha
SABESP – SCBH-PP	Cintia Elena Nicolau
Instituto de Arquitetos do Brasil – SCBH-BT	Eloísa Balieiro Ikeda
APU - CTEA	Francisca Adalgisa
Prefeitura de Barueri – SCBH-PP	Geovane Bassan
CETESB - CTGI	Gilson Guimarães
DAEE – CTGI	Josué Marcos Barranco
Fundação Florestal - CTEA	Kátia Bastos Florindo
SABESP – SCBH-JC	Nilton de Santana
SMA – SCBH-CG	Renato Nunes
CIESP – Santo André – SCBH-BT	Ricardo Saad
Prefeitura de Rio Grande da Serra – SCBH-BT	Juliano Ferreira
SSRH	Márcio da Silva Queiróz
Defesa Civil de Santo André	Samir J. M.
Prefeitura de São Bernardo do Campo	Luciana Dias do Nascimento
CONSÓRCIO COBRAPE/JNS	Raphael Benassi
CONSÓRCIO COBRAPE/JNS	Alessandra P. R. Teixeira
CONSÓRCIO COBRAPE/JNS	Carolina Nakamura

CONSÓRCIO COBRAPE/JNS	Luiz Henrique Werneck
CONSÓRCIO COBRAPE/JNS	Sávio Mourão
CONSÓRCIO COBRAPE/JNS	Juliana Inneco

1. ASSUNTOS TRATADOS:

Com início às 09h35, Amauri abriu a reunião e agradeceu a presença de todos. Informou ser atribuição da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação – CTPA se manifestar sobre o Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – PBHAT.

Esclareceu que o Grupo de Trabalho – GT Plano iniciou o processo de acompanhamento a elaboração do Plano em junho/2017, após o empreendimento não estar mais sob análise do judiciário. Informou que trata-se de um GT formado pelas entidades: SSRH, SABESP, CETESB, SMA, EMAE, FIESP/CIESP, EMPLASA e DAEE.

Comentou também que a Plenária do CBH-AT está prevista para ocorrer em 26/04.

Abriu a palavra para o Diretor-Presidente da FABHAT, Hélio Suleiman, onde o mesmo agradeceu profundamente os trabalhos de acompanhamento de todos, em especial, ao GT Plano.

Amauri comentou que o que será exposto será uma apresentação global, para que todos possam ter conhecimento macro, entretanto o que será discutido serão as ações para o primeiro quadriênio.

Conforme foram apresentadas as ações, em uma delas, menciona que a FABHAT e o CBH-AT precisam ter em sua estrutura, pessoas capacitadas, para exercer as ações que estão no PBHAT.

Hélio Suleiman comentou que não se pode comparar a FABHAT com o PCJ em nível estrutural e Federal, e que da forma como está escrito, tanto a FABHAT como o CBH-AT poderão ser cobrados devido à insuficiência de gestão.

Amauri esclareceu que é preciso estar claro no Plano que a FABHAT precisa estar estruturada para exercer as ações que estão contidas no PBHAT.

2. Apontamentos:

Márcio da Silva Queiróz (SSRH) apontou que o que é requerido até dia 30 de abril é o Plano de Ação para o primeiro quadriênio. Quanto à questão de necessidade de estruturação dos Comitês de Bacia e das Agências, Márcio ressaltou que o problema não é exclusivo da BAT, sendo uma necessidade geral do Estado de São Paulo.

Hélio Suleiman complementou dizendo que a reestruturação da FABHAT já está em contratação, e é algo que não depende somente da Agência, estando vinculada, inclusive, ao Governo do Estado, possuindo impedimentos legais e institucionais. Consiste em um processo de construção. Pediu ao consórcio que tenha cuidado ao tratar do assunto no corpo do relatório, deixando claro que a estruturação da Agência é necessária, mas não tão simples de ser executada.

Josué Marcos Barranco (DAEE e CTGI) ressaltou que, especificamente para a BAT, frequentemente há projetos multidisciplinares que se enquadram em mais de um PDC. Porém, a análise de empreendimentos para aprovação é linear, mas deveria ser matricial. Isto significa que alguns projetos

bons não são avaliados e aprovados exatamente pela sua multidisciplinaridade, devido ao número de agentes técnicos envolvidos no processo de avaliação: quem autorizaria a liberação de recursos, estando sujeito a sanções por investimentos que estariam sob responsabilidade de outros agentes?

A Marta Emerich (CETESB) sugeriu a inserção de nova ação, voltada ao tema de Mudanças Climáticas: “Capacitação de municípios para implementação de medidas de adaptação às mudanças climáticas”, no PDC 8.

Outras contribuições mais pontuais foram realizadas, a saber:

- Na planilha de ações setoriais, substituir o termo “Parceiros” por “Executores”;
- Verificar o valor atribuído às ações da CDHU – orçamento já recebido e compactuado com a CDHU;
- Ressaltar o papel do CBH-AT e da FABHAT como indutores;
- Retirar, conforme compactuado em reunião anterior, a ação relativa à estruturação de um Manual de Outorgas;
- A incorporação dos PDPAs no PBH é prevista por Lei.